

## ÁREA TEMÁTICA: DIREITOS HUMANOS

### O NÚCLEO DE EXTENSÃO POPULAR FLOR DE MANDACARU NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA OCUPAÇÃO TIJOLINHO VERMELHO: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO.

Breno Marques De Mello<sup>1</sup>  
Eloisa Slongo<sup>2</sup>  
Emylli Tavares<sup>3</sup>  
Roberto Cordoville Efrem De Lima Filho<sup>4</sup>  
Weiller de Lima Fernandes<sup>5</sup>

O Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru é um projeto de extensão vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas. Desde 2007 o NEP desenvolve atividades junto aos movimentos sociais e populares na Paraíba. A pretensão de atuar com as organizações populares se concretizou ao longo dos diversos conflitos territoriais travados entre os(as) trabalhadores(as) e as instâncias administrativas e judiciárias do Estado. O primeiro contato com a Ocupação Tijolinho Vermelho, em abril de 2013, foi oportunizado através do Movimento Terra Livre. Os(As) moradores(as), que enfrentavam o fenômeno do aluguel e da especulação imobiliária, advindos das comunidades de João Pessoa – Padre Zé, Mandacaru, Rio da Bomba e o São José - ocuparam um prédio abandonado há mais de dez anos, lugar aonde funcionava o antigo Hotel Tropicana. A rotina semanal do NEP era – e ainda é – realizar formações com os(as) moradores(as) sobre a importância da organização popular, do direito à moradia e da reforma urbana. Nesse sentido, as práticas pedagógicas integrativas - desenvolvidas nas formações - visam provocar a consciência política dos(as) trabalhadores(as) e a sua indispensável (re)inserção nas lutas sociais. Em virtude da entrada no prédio os(as) moradores(as) foram interpelados(as) por uma ação de reintegração de posse ajuizada pela Superintendência do Patrimônio da União, atual titular de domínio do imóvel. Ao tomar conhecimento da ação, os(as) integrantes do núcleo acionaram a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF). A primeira medida tomada pelas instituições foi realizar uma audiência pública com o Movimento Terra Livre e a Advocacia Geral da União (AGU) – órgão responsável por representar juridicamente a União. A DPU, em um momento posterior, ajuizou uma ação civil pública que tinha como objetivo manter os moradores(as) no prédio. O acompanhamento das demandas da Ocupação Tijolinho Vermelho referentes ao processo judicial e as estratégias de pressão política do Movimento Terra Livre, através de atos públicos e eventos temáticos, proporcionaram a suspensão da ação de reintegração de posse contra os(as) trabalhadores(as). A disputa pelo direito à moradia reflete a inexorável atribuição da universidade em cumprir a sua função social e política, sobretudo quando as condições concretas de exclusão e opressão são os impeditivos centrais para o desenvolvimento dos sujeitos. As conquistas do NEP junto ao Movimento Terra Livre demonstram que a educação jurídica popular fornece os sustentáculos necessários à formação de novos(as) dirigentes políticos e profissionais capacitados(as) em lidar com as demandas sociais na luta pela emancipação humana e justiça social.

---

<sup>1</sup> Voluntário

<sup>2</sup> Voluntária

<sup>3</sup> Voluntária

<sup>4</sup> Orientador

<sup>5</sup> Bolsista